

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vou sempre garantir, deputado Campos Machado. Pode ter certeza. Até por-que, é sempre um aprendizado ouvir Vossa Excelência.

Porém, hoje reafirmo: não estávamos atrapalhando Vossa Excelência. E não é a questão de querer ou não querer ouvir o orador na tribuna. Mas, nós temos diversas ações que acontecem durante o processo de uma sessão e que muitos deputados precisam de orientações. E o meu papel aqui é orientar os deputados. Então, garantindo que não se atrapalhe o orador da tribuna, quero dizer aqui, sempre que eu puder eu vou prestar atenção e caminhar dentro daquilo que está sendo dito na tribuna. Agora, quando tiver a orientação para algum parlamen-tar, para algum líder em relação ao processo, eu não posso me ater única e exclusivamente a só estar olhando, encaminhando e pensando sobre aquilo que está sendo dito na tribuna. E com todo o respeito que tenho por V. Exa., deputado Campos Machado, V. Exa. sabe o respeito que tenho pelo trabalho que o senhor desenvolve nesta Casa.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Dirceu Dalben.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Com a anuência do orador, para uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com anuência da oradora, tem a palavra o deputado Dirceu Dalben.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, nobres deputados, eu acabei de usar a palavra agora para uma comunicação sobre o fechamento do acesso da rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, SP - 294, a Bauru - Marília, um local de intenso fluxo de veículos e de pessoas, ao bairro residencial na cidade e acabo de ser informado agora, que esse acesso de ligação aos bairros Santa Cândida, Leão XIII, Val das Palmas, um caminho por todos considerado natural há várias décadas, recebo a informação do deputado Carlos, o líder do governo, que uma comunicação do secretário já determinou que o DER reveja essa situação, abra as cancelas e que para no estudo mais aprofundado, junto com a comunidade, possa analisar a real necessidade do fechamento e de que maneira vai ser dado.

Eu agradeço, Sr. Presidente, e nobres deputados a atenção do líder Carlos, do secretário, e quero aqui reafirmar que V. Exa. tem conduzido a Presidência desta Casa com muita sabedoria, paciência e nos poucos meses que estou aqui eu vejo de manei-ra impar que o senhor trata a todos os parlamentares, indepen-dente do partido, da bancada. Quero agradecer essa atenção.

Muito obrigado.

A SRA. MARINA HELOU - REDE – SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os nobres colegas que estão aqui esta tarde. Subo novamente a esta tribuna para me colocar contra a aprovação de um regime de urgência para um projeto tão importante e tão polêmico quanto esse.

Esta Casa de parlamentares é o espaço onde as discussões devem ocorrer. Respeitar os trâmites legislativos, ou seja, que o projeto passe pelas comissões que lhes são devidas, que a gente tenha o tempo de colocar diversas opiniões, de aprofundar, de tirar dúvidas. E muitos deputados que têm dúvidas em relação a esse projeto, me procurem; isso é fundamental. É um desrespeito a cada um de vocês deputados que aqui estão, a cada um de nossos mandatos aprovar um requerimento de urgência de um projeto tão importante. Há um desrespeito ao nosso papel de discutir, ao nosso papel parlamentar, ao nosso papel de entender e aprofundar num tema tão importante quanto o momento de parto, quanto a vida das mulheres.

É por isso que eu subo aqui hoje para, mais uma vez, colocar e encaminhar meu voto contra um requerimento de urgência a um tema tão polêmico e importante.

Mas, já que estou aqui, queria dizer que até agora a gente não teve nenhuma audiência pública regimental. Não só não passou nas comissões, como a gente não conseguiu ter um espaço regimental dentro de uma das nossas comissões, para aprofundar o tema. A gente não discutiu cada um dos temas do projeto. E, mais do que isso, a gente não teve a oportunidade de que esse projeto realmente tramite em todas as comissões que lhes são devidas.

Hoje, o projeto não está nem instruído para a Comissão de Saúde.

Fiz um ofício para o presidente desta Casa, deputado Cauê Macris, pedindo que esse projeto também seja apreciado pela Comissão de Saúde, que no final do dia é quem mais deveria discutir um projeto como esse, que fala diretamente de uma questão de saúde das mulheres, de saúde dos bebês, de saúde pública. A gente está discutindo o Sistema Único de Saúde. Como é que pode esse projeto não tramitar na Comissão de Saúde?

Esse é o ofício que eu fiz, Cauê, para você. Peço apreciação atenciosa para que a gente possa discutir não só na Comissão de Finanças e na Comissão de Defesa dos Direitos das Mulhe-res, mas também na Comissão de Saúde.

Aqui eu quero falar e falar com cada um dos deputados que falaram aqui hoje que esse não é um projeto ideológico, não é um projeto de esquerda contra a direita. Esse não é, e é um desrespeito com diversos deputados de vários partidos, como o PSDB, PSB, PTB, PRB, que falaram aqui nesta tribuna, que falaram aqui neste plenário, contra esse projeto, colocar uma narrativa de que isso é esquerda contra direita.

Não é. Inclusive, porque hoje de manhã uma coordenadora do Ministério da Saúde que eu conheço há bastante tempo me ligou - do governo Bolsonaro, veja bem, do governo do PSL -, me ligou para dizer que era contra esse projeto, o que ela poderia me ajudar em dados e embasamento, para que a gente encaminhasse contra.

Veja bem, vou repetir: não é uma questão de direita contra esquerda. Uma coordenadora do Ministério da Saúde do gover-no Bolsonaro me ligou hoje para ver como ela pode me ajudar a embasar e ser contra, tecnicamente, esse projeto.

Então, é importante que a gente discuta ele a partir de dados técnicos, que é o que eu quero apresentar hoje aqui para vocês.

E daí, eu peço atenção a todos os deputados desta Casa, porque a gente discutiui aqui muitos casos tristes. Cada morte materna, cada morte de cada bebê, cada situação de Saúde crítica decorrente de um parto, seja de cesárea, seja um parto normal, seja de uma cesárea negada, é muito triste, é, realme-nte, alguma coisa que a gente precisa se revoltar e precisa prestar atenção.

Mas as estatísticas nos mostram diferente. E eu escutei, neste plenário, que a gente precisa sair um pouco das estatísti-cas para ir um pouco para os casos reais. As estatísticas são um conjunto de casos reais. É importante que a gente entenda isso.

É nossa responsabilidade, enquanto políticas públicas, enquanto produtores de legislação, pensarmos em criar políti-cas públicas baseadas em evidências, baseadas em estatísticas.

Por isso que eu queria pedir a minha apresentação. E, aqui, eu trago para cada um de vocês, e peço, de novo, atenção para cada um de vocês para cada dado que eu vou trazer aqui.

Estes são os dados de cesáreas no mundo. Essa fonte é a Organização Mundial de Saúde.

- É feita exibição de eslaides.

No mundo, a média de cesáreas é 21% dos partos. Nos Estados Unidos, é de 25% dos partos. Na Europa, de 33% dos partos. No Brasil, é 55 por cento. Mas eu me atentei a trazer a diferença. No SUS, que a gente está dizendo que as mulheres não têm escolha, é 40% dos partos. É mais do que a média de todos os países desenvolvidos; é mais do que o dobro do que a orientação da Organização Mundial de Saúde.

E quando a gente olha a saúde suplementar, só os planos de saúde, a gente chega ao número absurdo de 85% de cesá-reas. E esse projeto, de cujo mérito vou falar mais para a frente, não vai mudar um fio de cabelo para as mulheres pobres do SUS, da qual o diagnóstico eu concordo.

Mas qual vai legitimar 85% das cesáreas deste País; vai legitimar o que acontece com as mulheres que não têm a real escolha do seu parto.

Então, peço o próximo eslaide.

Daí, trouxe outro dado, que é um escândalo. E cada um dos deputados aqui, que são, sim, comprometidos com a vida, dev-eriam se escandalizar e corroborar para que a gente diminua esse número, que é o número de mortalidade materna.

No Brasil, a gente tem, a cada 100 mil casos de partos, 64 de mortalidade materna. Isso nos torna um dos cinco países do mundo em que mais as mães morrem ao ter seus filhos.

Quem aqui é comprometido com a vida? Quem aqui não acha isso um absurdo, a gente figurar entre os países em que mais a mulher morre ao ter seu filho. E quando a gente olha no número de cesáreas, a gente vê diretamente uma correlação. Porque quando a gente olha as estatísticas, o que elas provam? Que essas áreas são, sim, mais perigosas para as mulheres.

É vinte vezes maior o número de mortes nas cesáreas do que em partos normais. E a deputada Janaina sempre traz, quando a gente traz esse dado, de que não existe uma dife-renciação, que é verdade, entre cesáreas eletivas e cesáreas de emergência.

Porém, não existe nenhum dado que corrobore que a maio-ria dessas áreas são o contrário: a maioria dessas áreas, hoje, no Brasil, são eletivas. Isso traz maior mortalidade. Isso é um dado, segundo a "Revista de Saúde Pública" da USP.

Próximo dado, por favor.

Aqui eu quero trazer como a gente se compara em relação à mortalidade materna com os outros países, e eu vou deixar para vocês lerem. Eu não sei se o Rafael Silva se encontra no plenário, porque eu vim além dos slides para garantir que ele tenha a leitura, mas acho que ele não se encontra no plenário. Então, eu deixo para vocês lerem o quanto a nossa mortalidade materna é uma vergonha para este País.

E aqui eu quero trazer os riscos da cesárea, porque é disso que a gente está falando. É um projeto que, sim, estimula a cesárea. E a gente traz um dado, isso não é uma vivência minha, porque cada vivência conta, eu sei, mas os dados são importantes. A chance de a mulher morrer em cesárea é 20 vezes maior. O risco de infecções puerperais, feridas cirúrgicas e hysterectomias é maior, por quê? Porque a gente corta sete camadas da mulher na cesárea. E no SUS a gente não tem nem antibiótico para uma gripe, quanto mais para uma infecção. A gente precisa pensar nisso, e são oito vezes maior as chances de lesão.

Mas para o bebê também é um problema. A deputada Janaina, quando trouxe aqui a questão dos bebês que sofrem anóxia em partos normais demorados, e é real essa questão e a gente precisa enfrentar, não traz estatística: 37% maior as chances de um bebê ter anóxia a partir de uma cesárea. Por quê? Porque a maioria das cesáreas não está no tempo de o bebê... não é quando os bebês estão prontos para nascer. E isso cria que o bebê nasça de uma forma prematura. Isso cria que o bebê não tenha chances de ser... de vir pronto para este mundo e ter muito mais problemas de complicação, tanto na hora do nascimento quanto na continuação da sua vida, porque isso realmente impacta todas as etapas da vida, como os dados nos mostram.

Próximo. Acabou.

Esses eram os dados que eu queria trazer, e para mostrar que não é uma coisa simples, não é uma questão básica que a gente possa discutir com urgência. É uma questão complexa.

Eu peço um minuto para terminar, porque tinha uma fala que me interrompeu.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Quero concluir dizendo que eu concordo com o diagnóstico da Janaina. Já disse isso que as mulheres, no SUS, sofrem violência obstétrica e não têm direito à escolha, inclusive escolha a analgesia, escolha... a opção de escolha que já está prevista em lei, aprovada por muitos dos senhores nesta Casa, uma legislação ótima, que é uma lei em vigor. E isso acontece porque o SUS está sucateado. E a minha proposta é criar um GT na Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres para combater isso, cobrar e fiscalizar, e eu me coloco à disposição disso.

Obrigada. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o requerimento.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Sr. Presidente, só uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não, não, não. Eu vou colocar em votação, depois eu passo a comunicação. Nós estamos no momento da votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, para pedir uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Deputado Campos Machado. Mesmo pedido?

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. A partir deste momento estamos fazendo soar o sinal intermitente por quatro minutos, para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que não se encontram em plenário tomem conhecimento da votação que se realizará.

- É iniciada a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para uma comunicação o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu queria, até para não colocar em prejuizo o andamento dos trabalhos, fazer uma comunicação em nome da bancada do PSDB. Nós não fechamos questão... PSB. Nós não fechamos questão - é saudade e ao mesmo tempo alegria. Nós não tomamos uma decisão de fechar questão, até porque é de foro íntimo. Então, deixamos a questão em aberto, mas o depu-tado Camarinha me recomendou que transmitisse a seguinte posição da maioria da nossa bancada: não tem razão para não votarmos a favor da urgência. Nós não estamos votando o projeto. Mas, da mesma forma, nós reconhecemos que 99 ou 100% dos deputados desta Casa não têm o conhecimento necessário deste assunto, que é de máxima gravidade (Manifestação nas galerias.) para votá-lo, assim também como entendemos que não se deve obstruir o projeto.

Então, qual é a solução, e é esse o pedido que nós formu-lamos a V. Exa., presidente: é convocar, no prazo mais breve aí, 15, 20 ou 30 dias, no máximo, uma reunião, como nós fizemos em vários projetos aqui, trazendo quatro autoridades, de nome-ar. Nós temos obstetras fantásticos, temos médicos doutores nessa área aqui em São Paulo. Seriam quatro a favor e quatro contra; ou três a favor e três contra. E aí então, com juízo for-mado, nós votaríamos o projeto. Essa é a minha proposta em nome do PSB.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Pela ordem, Sr. Presi-dente.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Pela ordem, Sr. Presi-dente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos Machado, que solicitou primeiro. Depois eu passo à deputada Adriana.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Totalmente de acordo com a proposta do deputado Barros Munhoz. E quero informar que acabo de protocolar a V. Exa. um pedido para que possamos ouvir aqui o presidente do Conselho Regional de Medicina.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Nobre deputa-da Adriana Borgo, para uma comunicação.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comunicado em relação a esse projeto.

Estou com um problema pessoal com a minha filha. Ela está de 40 semanas. Agora mesmo tive que pedir ajuda ao Coronel Telhada, ao deputado Sebastião, para que intervissem. Ela está com um problema além da gravidez normal dela, um problema ginecológico. Ela já foi, nessa semana, três vezes. Foi e voltou, porque não há necessidade de uma cesárea.

Então, eu sou, sim, favorável ao direito de escolha das mulheres, de que jeito querem ter um filho, porque, infelizmen-te, não temos ainda toda a estrutura para humanizar os partos como deveríamos.

Então, Janaina, você tem o meu apoio. Estou sentindo na pele o que é isso. Esse projeto não é impositivo. Ele coloca, sim, o direito de opção e é assistida essa escolha. Então, o meu voto, já deixo aqui declarado: sou favorável.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Antes de pas-sar ao Bruno, só lembrando os deputados que estamos votando o requerimento de urgência do projeto, e não o mérito do pro-jeito, cujo processo de discussão nem começou.

Deputado Bruno Ganem.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - PARA COMUNICAÇÃO - Perfeito. Dentro da urgência, entendo que é importante a gente aprofundar bastante essa discussão, até porque... Eu entendo como nobre a intenção da deputada Janaina Paschoal e até já tive a oportunidade de conversar um pouco com ela ontem. A partir disso, também busquei algumas outras conversas. É um assunto bastante complexo.

A gente sabe que muitos hospitais não querem que ocorra um parto normal para evitar uma internação, mas, ao mesmo tempo, se a gente tiver mais casos de cesáreas desnecessárias, a gente vai sobrecarregar o sistema e fazer com que as cesáreas que são necessárias sejam cada vez mais difíceultosas para serem realizadas.

Então, a escolha, não entrando tanto no mérito, mas é um assunto extremamente complexo que demanda uma discussão profunda. Mas, em um primeiro momento, parece-me que o problema, a iniciativa, aquilo que efetivamente se quer evitar vai acabar se potencializando. Ou seja, estando os nossos hospitais mais sobrecarregados, naqueles casos que efetiva-mente são necessários, não porque a mãe quer, mas porque são necessários, a gente vai encontrar hospitais ainda mais sobre-carregados e com mais dificuldade para terem a sua cesárea necessária.

Por esse motivo, sou contra a urgência. Muito obrigado.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Nós já passa-mos o tempo regimental. Eu preciso, neste momento, abrir para que os deputados possam fazer as suas votações. Transcorridos quatro minutos, o sistema eletrônico, neste momento, ficará aberto para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados votem "sim", "não" ou registrem abstenção nos terminais dispostos em suas mesas.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, para botar o PT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PT está em obstrução.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Sr. Presidente, gostaria de colocar a Rede em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Rede está em obstrução.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Pela ordem, Sr. Presiden-te. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Sr. Presidente, para colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Podemos está em obstrução.

Eu gostaria sempre de solicitar para que os deputados votem nos terminais eletrônicos ao invés de votar nos micro-fones. Acho que isso dinamiza e facilita muito os nossos tra-balhos.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL - Colocar o PL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PL está em obstrução.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - PSOL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSOL está em obstrução.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Para colocar o PSL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSL está em obstrução.

O SR. DANIEL SOARES - DEM - Colocar o Democratas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Democratas está em obstrução.

O SR. BARRÓS MUNHOZ - PSB - Para colocar o PSB em obstrução e para votar "sim" como vice-líder do PSB e é como recomendo o voto à bancada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSB está em obstrução e o voto "sim" do deputado Barros Munhoz.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Colocar o Progressistas em obstrução.

O SR. ITAMAR BORGES - MDB - Colocar o MDB em obstru-ção e votar "sim".

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto "sim" de Vossa Excelência.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Colocar o Novo em obs-trução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Novo está em obstrução.

Encerrado o processo de votação, participaram do processo 73 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sendo 56 votos sim, 15 não, uma abstenção e este presidente, que não vota. Quórum suficiente para aprovar o regime de urgência ao Projeto 435, de 2019.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Eu gostaria, em nome das famílias que padecem, que têm dificuldades para ter sua vontade levada em consideração, das famílias que são obrigadas a escolhas que não são delas, de agradecer todos os votos "sim" dos colegas.

É muito emocionante ver esta Casa reunida para fazer uma votação em prol das pessoas mais carentes do nosso Estado. Eu não vou me esquecer deste momento jamais na minha vida. Muito obrigada a cada colega que disse "sim" à urgência na votação desse PL, que é verdadeiramente urgente.

Muito obrigada.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Só para registrar o voto da bancada do PSOL, contrário, e lembrar que a gente não teve tempo e que a maio-ria dos parlamentares aqui não têm noção do que é que estão votando e que, provavelmente, vão votar amanhã.

A gente não tem garantia de que vamos ter tempo hábil de ouvir especialistas. A gente trouxe dados, a gente tentou argu-mentar, inclusive, que já existe legislação que prevê a opção. Uma placa dizendo que a mulher pode optar pela cesariana a partir da 39ª semana pode implicar que o pulmão do bebê não esteja pronto no momento dessa operação. E não temos condi-ções de UTIs neonatais para esses nascimentos.

Então, eu vou virar o Telhada e prometo que vou trazer diariamente a esse plenário o nome de mães e de bebês mortos em decorrência à essa aprovação. (Palmas.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presiden-te, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só lembrando que temos mais três minutos de sessão, então V. Exa. tem três minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - PARA COMUNICA-ÇÃO - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero expressar a minha tristeza de, não pelo sim ou pelo não, mas de perder a oportunidade, de acordo com o que anun-ciou aqui o deputado Barros Munhoz, de que a gente fizesse um debate profundo em torno desse tema.

Não há por que festejar alguma coisa que a gente não tem certeza do que é. O direito de escolha, dizem que está previsto no projeto. Eu considero um retrocesso. Eu gostaria que a mesma alegria, deputado Adalberto, também se estampasse aqui quando a gente trouxesse dados de violência nas escolas. Que corajosos deputados, a própria deputada que fez esse PL emergencial, deu parecer contrário a um projeto de defesa dos professores na escola.

Então, quem se preocupa com vida, se preocupa com vida de qualquer maneira, do professor na sala de aula e também daqueles que também têm o direito de ter um bom nascimento. A mãe tem direito, também, a ter um bom parto.

Quero lamentar. Não há motivo de alegria e de festejo, mas motivo mesmo de reflexão. O que significa essa correlação de força e o que está por trás disso. Isso eu quero entender. O PT foi acusado aqui por ter votado no deputado Cauê Macris, dizia ela: "Eu quero ver o PT pagar a conta".

Eu quero ver o PSL pagar a conta deles também.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só lembrando os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que eu ainda hoje vou convocar, depois desta primeira sessão extraordinária, con-gresso de comissões para os projetos dos deputados Rogério Nogueira, Marcio Nakashima, Janaina Paschoal, Itamar Borges e Sargento Neri, conforme foi combinado no Colégio de Líderes.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, antes de dar por encerrados os trabalhos, esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de aman-hã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

12 DE JUNHO DE 2019 23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS, CORONEL TELHADA e GILMACI SANTOS
Secretaria: FREDERICO D'AVILA e CEZAR

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 494/19.

2 - CAMPOS MACHADO

Discute o PL 494/19.

3 - GIL DINIZ

Discute o PL 494/19 (aparteado pelas deputadas Janaina Paschoal e Carla Morando).

4 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

5 - CARLÃO PIGNATARI

Anuncia a presença do ex-jogador de futebol Dadá Maravilha. Solicita a suspensão dos trabalhos por três minutos, por acordo de lideranças.

6 - GILMACI SANTOS

Para comunicação, informa a presença do vereador Sidnei Luciano Gonçalves, da Câmara Municipal de Atibaia.

7 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Dá as boas-vindas aos visitantes. Defere o pedido do deputado Carlão Pignatari e suspende a sessão por três minutos, às 19h43min.

8 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 19h47min.

9 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, condena a obstrução à votação de requerimentos de urgência. Pede que haja maior entendimento entre os parlamentares.

10 - MÁRCIA LULA LIA

Discute o PL 494/19 (aparteada pelo deputado Campos Machado).

11 - DOUGLAS GARCIA

Para comunicação, rebate o pronunciamento da deputada Márcia Lula Lia. Tece elogios à operação Lava Jato. Faz críticas ao PT.

12 - SARGENTO NERI

Para comunicação, justifica seu voto contrário ao requerimento de urgência ao PL 435/19. Questiona o posicionamento do PSL com relação a projetos de sua autoria, nas comissões desta Casa.

13 - CASTELLO BRANCO

Discute o PL 494/19 (aparteado pelos deputados Adalberto Freitas, Frederico d'Avila, Paulo Lula Fiorilo e Carlão Pignatari).

14 - BETH LULA SAHÃO

Para comunicação, defende o PT das críticas feitas pelo deputado Douglas Garcia. Lamenta a demissão, por parte do governo federal, dos peritos de órgão de combate à tortura.

15 - MÁRCIA LULA LIA

Para comunicação, lê e comenta reportagem acerca da Lava Jato. Condena a conduta de juízes e promotores ligados à operação.

16 - TEONILIO BARBA LULA